

Comunicação para a Paz e Agenda 2030: reflexões de um ponto de vista decolonial¹

Diuan dos Santos Feltrin²
Raquel Cabral³

Resumo

Por meio de pesquisa bibliográfica exploratória, o artigo apresenta reflexões sobre a comunicação a partir de um ponto de vista decolonial. Promove interseções entre a comunicação para a paz - formulada no contexto dos *Peace Studies* - e o pensamento decolonial, que visa conceder legitimidade à construção de saberes desprendidos das lógicas hegemônicas; a relação entre as abordagens pode ser observada no objetivo comum de romper com paradigmas epistemológicos e lógicas opressoras. Na dimensão empírica, discute a comunicação para a paz no contexto da Agenda 2030, a partir de um ODS (Objetivo de Desenvolvimento Sustentável) específico sobre cultura, arte e comunicação, elaborado em uma ação conjunta entre duas universidades brasileiras. Conclui-se que a comunicação para a paz pode ser assumida como diretriz decolonial, apontando caminhos para ressignificar os processos comunicacionais, com vistas a uma realidade de paz positiva.

Palavras-chave

Comunicação para a paz; Epistemologias do Sul; Agenda 2030; Comunicação decolonial.

Introdução

Desinformação, naturalização de discursos de ódio, silenciamentos de grupos sociais minorizados, polarização política e negacionismo científico são alguns dos desafios da atualidade, estimuladores de profundas crises sociais e políticas, especialmente na América Latina. Muitas das tensões observadas resultam de processos históricos marcados pela prevalência de lógicas discursivas cujo objetivo é assegurar a hegemonia de grupos historicamente privilegiados, detentores de poder, não apenas econômico, mas especialmente simbólico. Nessa lógica do controle, a sociedade é segregada entre grupos legítimos, detentores de privilégios e representatividade, e grupos ilegítimos, colocados à margem do reconhecimento. Uma profunda crise de humanidade marca os tempos atuais, adverte Góes (2021). “Nosso percurso humano experimenta uma contemporaneidade lastreada por marcas de *colonialidades*, medos, violências, falsas moralidades e que fazem erguer fronteiras entre o *nós*

¹ Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho (GT) Comunicação Intercultural e Interseccionalidade, atividade integrante do XVII Congresso Brasileiro Científico de Comunicação Organizacional e de Relações Públicas.

² Doutorando do programa de pós-graduação em Comunicação da Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design da UNESP (Universidade Estadual Paulista), câmpus de Bauru-SP. Trabalho desenvolvido com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo nº 2022/07502-0. E-mail: diuan.feltrin@unesp.br.

³ Doutora em Comunicação Institucional pela Universitat Jaume I – Espanha. Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UNESP – Universidade Estadual Paulista, Bauru-SP, E-mail: raquel.cabral@unesp.br.

e os *Outros*, apesar de sermos, ontologicamente, o *Mesmo Ser*” (GÓES, 2021, p. 126, com destaques do autor).

Imbuída de potencial transformador, dada a capacidade de influenciar discursos, a comunicação é corresponsável nos processos de legitimação das lógicas de opressão. O processo comunicacional, desvinculado das teorias funcionalistas, essencialmente difusionistas, possui raiz genuinamente educativa, isto é, as ações comunicacionais podem atender finalidades específicas e contribuir efetivamente para a manutenção ou ruptura dos processos que carregam marcas de colonialidades, potencialmente violentos e desiguais.

Vislumbrando a realidade comunicacional brasileira, é notório o monopólio exercido por grupos detentores das grandes empresas midiáticas, que contam com vasto poder de alcance e persuasão; o controle hegemônico das empresas midiáticas ocasiona discursos enviesados, construídos com o fim de atender a interesses e demandas específicas, dado que o objetivo é o lucro. Ademais, a popularização das diversas redes sociais contribui com o consumo e produção massiva de mensagens que, muitas vezes, proscovem as lógicas de uma comunicação elaborada com responsabilidade e qualidade. Nota-se uma prevalência na produção de conteúdos que amplificam discursos de ódio e potencializam a transmissão estratégica de desinformação, o que favorece ideologias autoritárias que beneficiam alguns grupos políticos.

Com base na breve contextualização apresentada, o estudo pretende, por meio de pesquisa bibliográfica de caráter exploratório, promover um debate inicial sobre o potencial transformador da comunicação. Para tanto, propõe interseções entre a comunicação e o pensamento decolonial e sul global, impelido na desconstrução de narrativas hegemônicas e excludentes. As discussões partem do aporte teórico da comunicação para a paz, elaborada no contexto dos Estudos para a Paz - *Peace Studies* -, escola teórica fundamentada na promoção de estratégias focadas na compreensão dos contextos de violência, como pressuposto para o alcance de uma cultura de paz (PUREZA, 2000; ARÉVALO SALINAS, 2014; CABRAL; SALHANI, 2017).

Os vínculos entre a comunicação para a paz e o pensamento decolonial se justificam pelo caráter subversivo assumido por ambas perspectivas. Como será apresentado, as abordagens decoloniais ultrapassam as lógicas epistemológicas consolidadas e sugerem outros caminhos para a construção do saber (AMARAL, 2021). Por isso, a proposta pode ser relacionada à comunicação para a paz, pois se cruzam no objetivo comum de romper com certos paradigmas epistemológicos.

Na dimensão empírica, discute a comunicação para a paz como perspectiva estratégica, seguindo a metodologia apresentada pela Agenda 2030, formulada em 2015 pela ONU

(Organização das Nações Unidas), que apresenta 17 objetivos e 169 metas a serem alcançados até 2030 pela sociedade civil, organizações públicas e privadas e os Estados-membros, com vistas ao desenvolvimento (PAIVA; LUVIZOTTO, 2022). Indiretamente, a comunicação perpassa todos os ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) da Agenda 2030, pois os processos comunicacionais promovem profundas transformações e influenciam diretamente as ações sociais (FELTRIN *et al*, 2021). Desse modo, o *Guia Agenda 2030: integrando ODS, educação e sociedade* (CABRAL; GEHRE, 2020)⁴, ação conjunta entre a Unesp (Universidade Estadual Paulista) e a UnB (Universidade de Brasília), cuja proposta foi apresentar orientações às Instituições de Ensino Superior acerca da leitura crítica e possibilidade de territorialização dos ODS, propõe o exercício de reimaginar a Agenda e apresenta um objetivo concentrado na cultura, arte e comunicação⁵.

O texto está organizado em cinco tópicos: o primeiro, corresponde a esta introdução; o segundo aborda a comunicação para a paz em sua dimensão crítica, empenhada na ressignificação de narrativas de violência; no terceiro tópico são apresentadas notas acerca do pensamento decolonial e suas possíveis interseções com a comunicação para a paz; em seguida, como possibilidade de aplicação, discute-se a comunicação no escopo da Agenda 2030, a partir do caso ODS 19, do *Guia Agenda 2030*; nas considerações finais, abrem-se possibilidades para investigações que articulam comunicação para a paz, estudos decoloniais e Agenda 2030.

A natureza crítica da comunicação para a paz

A complexidade inerente aos conflitos de ordem social confere aos Estudos para a Paz um caráter essencialmente multidisciplinar, pois diversas disciplinas podem trazer contribuições que viabilizem pensar as diferentes manifestações de violência (FERREIRA, 2019). Johan Galtung, um dos principais expoentes dos Estudos para a Paz, promoveu inovações no modo como as ciências sociais interpretam o fenômeno paz; com o ensaio *Violence, Peace and Peace Research*, de 1969, Galtung problematiza o conceito “paz”, afirmando que deve ser utilizado para fins sociais, desprendendo-se do entendimento de que paz seria a mera ausência de violência (FERREIRA, 2019; GALTUNG, 1969). Destarte, como argumenta Ferreira (2019, p. 65), as pesquisas sobre o tema não estão centradas exclusivamente

⁴ Disponível em: <https://www.guiaagenda2030.org>.

⁵ Especificamente, o Guia apresenta a ideia de construção de três novos ODS, elaborados a partir de uma perspectiva decolonial, interseccional e Sul Global: ODS 18: Igualdade Racial; ODS 19: Cultura, Artes e Comunicação; e ODS 20: Direitos dos Povos Originários e Comunidades Tradicionais (CABRAL; GEHRE, 2020). Este estudo se concentra no ODS 19, articulando-o à comunicação para a paz e o pensamento decolonial.

na compreensão das guerras, mas também ampliam concepções sobre outros processos violentos da sociedade. “Esta concepção moderna entende que ela é mais do que o simples estudo da guerra e sua superação. A guerra é somente um tipo de violência dentre milhares existentes na sociedade contemporânea” (FERREIRA, 2019, p. 65).

A *Peace Research*, ou investigação para a paz, é a expressão que designa os institutos de pesquisa existentes na área, sendo o PRIO (Instituto de Investigação para a Paz, de Oslo) o pioneiro a assumir o fenômeno paz como objeto de investigação⁶ (WIBERG, 2018; FERREIRA, 2019). O campo visa a consolidação de uma cultura de paz (PUREZA, 2000), assentada na superação das violências de ordem estrutural e cultural, bem como na edificação de uma sociedade orientada pelo que Galtung (1969) denomina como paz positiva, isto é, amparada em ideais de equilíbrio e cooperação, na permanente busca por justiça e isonomia nas relações sociais (CABRAL; SALHANI, 2017; FERREIRA, 2019; PUREZA, 2000).

Para discorrer sobre a paz, Galtung (1969; 2003) amplia as concepções sobre o seu revés, isto é, a violência, subdividindo o conceito em três tipologias (triângulo da violência): violência direta, violência estrutural e violência cultural. Na manifestação direta, como o próprio termo denota, é possível identificar as vítimas e os agressores (CABRAL; SALHANI, 2017); trata-se daquela violência cujas marcas são evidentes. No entanto, as manifestações indiretas da violência, tais como a estrutural e a cultural, são permeadas por complexidades, pois nem sempre seus agentes podem ser identificados, visto que resultam de processos sociais e práticas tacitamente naturalizadas, que tendem a naturalizar a violência em sua dimensão direta. A violência estrutural provém de sistemas desiguais, oriundos de problemas sociopolíticos e econômicos, por exemplo (CABRAL; SALHANI, 2017), geradores de desemprego, fome, miséria, além de opressões advindas de ideais capitalistas e patriarcais. Como afirma Ferreira (2019, p. 67), “a ausência de violência estrutural pressupõe altos padrões de justiça social em uma dada sociedade”.

A dimensão cultural da violência, por sua vez, se manifesta nas práticas e discursos sociais que, revestidos de aparente naturalidade, compõem o repertório social. Apresenta-se, sobretudo, nos produtos culturais e nos comportamentos apreendidos (CABRAL; SALHANI, 2017). Ocupa a esfera simbólica da existência, enraizada nos discursos propagados por instâncias como religião, linguagem, arte, ciência, entre outras, que podem assumir direcionamentos que legitimam as violências de ordem direta e estrutural (GALTUNG, 1990).

⁶ No Brasil, destaca-se a PCECS (Rede de Pesquisa em Paz, Conflitos e Estudos Críticos de Segurança), criada em 2015 com a finalidade de promover debates sobre temáticas de paz, conflitos e seguranças para além do viés estatocêntrico. Privilegia a multidisciplinaridade, bem como a retomada do aspecto normativo da análise acadêmica em torno do tema (FERREIRA; KUHLMANN; MASCHIETTO, 2019, p. 36-37).

Potencialmente promotora de transformações e rupturas na sociedade, a comunicação pode ser estudada à luz da perspectiva teórica dos Estudos para a Paz. Como mencionado, a violência cultural é naturalizada por meio de discursos assumidos socialmente. Nessa concepção, os processos comunicacionais têm a força de legitimar ou desconstruir narrativas de opressão, pois, se a violência pode ser ensinada e aprendida, a paz pode assumir o mesmo processo de naturalização, até que seja enraizada na cultura (CABRAL; SALHANI, 2017).

A comunicação para a paz surge como um dos subtópicos dos Estudos para a Paz, com a finalidade de traçar estratégias de ressignificação de narrativas de violência. Os processos comunicacionais são cruciais para a permanência de uma guerra ou para seu fim, de modo que suas estratégias podem e devem ser utilizadas em contextos de conflito (CABRAL; SALHANI, 2017). Assim, a comunicação e seus processos auxiliam na análise de fenômenos sociais, como é o caso da violência. Uma comunicação que tenha como base a promoção da paz deve privilegiar as diversidades locais e a pluralidade no processo de ressignificação dos conflitos; trata-se de uma comunicação que exorta a sociedade para a ação prática e transformadora (VICENTE, 2015; ARÉVALO SALINAS, 2014), isto é, “[...] uma comunicação que pede responsabilidades e propõe alternativa de soluções pacíficas dos conflitos” (NOS ALDÁS; SEGUI-COSME; RIVAS MACHOTA, 2008, p. 14, tradução nossa).

Arévalo Salinas (2014, p. 63) apresenta algumas pistas para ampliar reflexões quanto à aplicabilidade da comunicação para a paz: a) deve compreender e refletir sobre os problemas de âmbito estrutural, na busca por compreender os aspectos subjacentes às diversas violências que se revelam nos contextos locais, nacionais e mundiais; b) motivar o debate acerca das alternativas de mudança social; c) considerar a diversidade de opiniões, crenças, percepções e culturas; d) fomentar a cidadania ativa e indignada perante injustiças. Empreende-se, portanto, que a comunicação para a paz está intrinsecamente relacionada às possibilidades de transformações socioculturais, pois aponta caminhos para que se estabeleça a transição de uma cultura de violência para uma cultura de paz, tendo em vista que a prática comunicacional auxilia na identificação e denúncia das estruturas de violência, isto é, as bases para a ressignificação.

Em uma dimensão prática, o *Peace Journalism* - Jornalismo para a Paz - se insere no debate proposto pela comunicação para a paz e visa contestar os modos de comunicar, especialmente em cenários de violência (ARÉVALO SALINAS, 2014). Na visão apresentada por Ruiz e Hernández Sánchez (2012), o paradigma dessa perspectiva jornalística é a defesa de uma paz para além da superação da violência direta (paz negativa). Para isso, as autoras argumentam que o fundamento do Jornalismo para a Paz é o tensionamento das conjunturas

geradoras de opressão, marcadas por traços de violência estrutural e cultural, para que seja alcançada uma realidade de paz positiva.

O comprometimento desse paradigma com um tipo de cobertura que revalorize e tornem visíveis as iniciativas pacíficas e não violentas e que, ao contrário do modelo hegemônico, contribuem para a diminuição dos níveis de violência, está enraizado em uma visão particular do papel da mídia na sociedade (RUIZ; HERNÁNDEZ SÁNCHEZ, 2012, p. 181, tradução nossa).

Configura-se, desse modo, como um itinerário para orientar as coberturas jornalísticas em contextos marcados por violência. A articulação dessa perspectiva remete ao seu oposto: o jornalismo de guerra/violência. Todavia, as esquematizações que versam sobre as diferenças entre essas construções jornalísticas não devem induzir visões maniqueístas, que apontem para um jornalismo tido como “ideal”; as distinções devem ser consideradas pela função didática, pois fornecem chaves de leitura crítica diante das narrativas.

As considerações apresentadas neste tópico apontam que a comunicação para a paz auxilia a repensar os processos comunicacionais, a fim de que sejam orientados para a possível reformulação das lógicas tradicionais. Nesse sentido, é possível articular vínculos epistemológicos com o pensamento decolonial, cujos esforços se concentram no desprendimento das lógicas hegemônicas de construção do conhecimento.

Comunicação para a paz e o pensamento decolonial

Subverter as lógicas epistemológicas concretizadas e apontar novas direções para a construção do saber são as bases do pensamento decolonial. O princípio dessa abordagem pode ser entendido como o desprendimento da dominação teórica eurocêntrica, norte-americana, branca, heterossexual, masculina e burguesa, ao passo que propõe outra ordem política no que tange à construção do conhecimento, caminhando para além das teorias validadas no meio acadêmico-científico (AMARAL, 2021).

As formulações de Boaventura de Sousa Santos são embasadas no pensamento decolonial. Segundo o autor, é necessário superar o império cognitivo e pensar em alternativas para a promoção de uma mudança epistemológica que garanta legitimidade às lutas contra as diversas formas de opressão. Santos (2022) defende a necessidade de questionar os alicerces epistemológicos do pensamento eurocêntrico, denominados por ele como epistemologias do Norte. A mudança se configura no que o autor chama de epistemologias do Sul, perspectiva

que contesta lógicas hegemônicas ao passo que reconhece os movimentos dos grupos sociais oprimidos, que anseiam por plenas transformações. O autor define a perspectiva:

As epistemologias do Sul referem-se à produção e à validação de conhecimentos ancorados nas experiências de resistência de todos os grupos sociais que têm sido sistematicamente vítimas da injustiça, da opressão e da destruição causadas pelo capitalismo, pelo colonialismo e pelo patriarcado. Chamo o vasto e muito diverso âmbito dessas experiências de Sul anti-imperial. Trata-se de um Sul epistemológico, não-geográfico, composto por muitos seus epistemológicos que têm em comum o fato de serem conhecimentos nascidos em lutas contra o capitalismo, o colonialismo e o patriarcado. São produzidos onde quer que ocorram essas lutas, tanto no norte geográfico como no sul geográfico (SANTOS, 2022, p. 17).

O pensador explica a centralidade das epistemologias do Norte global, que orientam o pensamento do Sul geográfico e deslegitimam as construções do saber oriundas de localidades abastadas, isto é, desprendidas dos grandes centros de produção do saber. Ademais, Santos (2022) afirma que as epistemologias do Norte florescem no sul geográfico, dado que o Sul epistemológico também se encontra no norte geográfico, como se nota na Europa e na América do Norte, por exemplo. Esse Sul epistemológico, explica o autor, se revela nos grupos que lutam contra o capitalismo, o racismo, o colonialismo, o patriarcado e outras formas de violência estrutural e cultural. A ideia de sul global remete ao fato de os países do hemisfério norte terem sido colonizadores do conhecimento dos países do sul, negando o potencial dessas regiões como produtoras de conhecimento (AMARAL, 2021).

As epistemologias do Sul referem-se aos acontecimentos que surgem das lutas sociais e políticas e não podem ser separados dessas mesmas lutas. Não se trata, por conseguinte, de epistemologias no sentido convencional do termo. O seu objetivo não é estudar o conhecimento ou a crença justificada enquanto tais, e muito menos o contexto social e histórico em que ambos surgem (a epistemologia social é um conceito igualmente controverso). Trata-se antes de identificar e valorizar aquilo que muitas vezes sequer figura como conhecimento à luz das epistemologias dominantes, a dimensão cognitiva das lutas de resistência contra a opressão e contra o conhecimento que legitima essa mesma opressão (SANTOS, 2022, p. 18).

Conforme este posicionamento é possível estabelecer relações entre os Estudos para a Paz e a perspectiva teórica do Sul global, visto que se cruzam quando a intenção é a ruptura de estruturas que legitimam opressões. No caso da comunicação para a paz, especificamente, observa-se o empenho de ressignificar narrativas de violência com vistas para a edificação de uma realidade de paz positiva, sustentada em ideais de equilíbrio, cooperação e justiça. Inegável

que os Estudos para a Paz são formulados no contexto geográfico do Norte global; no entanto, a proposta de tensionar criticamente as estruturas que culminam em violência estrutural e cultural justifica seu debate em um contexto Sul global, especialmente na América Latina, profunda e historicamente marcada por traços de colonialidade.

Algumas áreas do conhecimento consolidaram o pensamento decolonial, como é o caso do feminismo, que traz perspectivas diversas para se promover a decolonização do conceito gênero, sobretudo quando fundamenta o viés interseccional nas relações entre gênero, raça e classe (AMARAL, 2021). Ao trabalharem o conceito e interseccionalidade, os estudos feministas - especialmente o feminismo negro - revolucionaram a forma de pensar a sociabilidade, não mais centrada nas opressões estruturais (RIBEIRO, 2020). No campo da comunicação, o pensamento decolonial toma corpo nos anos 1970, na América Latina. Amaral (2021) contextualiza essa relação e afirma que este pensamento passa a integrar as discussões de centros de pesquisa e universidades, tanto no Brasil como em outros países. A intenção era partir de uma perspectiva decolonial para analisar as relações abissais entre dominados e dominantes nos processos comunicacionais, sendo a liberdade de comunicação um dos princípios da cidadania (AMARAL, 2021).

Segundo Amaral (2021, p. 479), “refletir sobre os aspectos da decolonialidade nos estudos da comunicação é se atentar para a importância e necessidade de reconfigurar outras propostas epistemológicas para o campo, não se detendo apenas às teorias e pensamentos europeus ou estadunidenses”. Desse modo, os processos comunicacionais desenvolvidos no contexto latinoamericano, analisados à luz da perspectiva decolonial, podem apresentar respostas quanto à valorização da diversidade cultural dessas localidades, em sintonia com os saberes construídos nessas regiões. “Ao compasso da proposta libertária, pensadores latino-americanos da comunicação contemplaram a necessidade e importância de promover grupos periféricos para fomentar relações horizontais de sociabilidades e comunicação” (AMARAL, 2021, p. 479).

Torrico Villanueva (2018, p. 76) tece articulações sobre a comunicação decolonial na América Latina e apresenta contrapontos com os habituais marcos teóricos ocidentais que dominam o campo. O autor salienta que o pensamento comunicacional latinoamericano se distingue das perspectivas tradicionais em três elementos: seu caráter crítico em relação às teorias hegemônicas do campo, sua preocupação pelo interesse público e seu vínculo com projetos de futuro democráticos.

Segundo o autor, os principais expoentes da episteme comunicacional latinoamericana, que embasam o projeto decolonial do campo, foram: Antonio Pasquali, Paulo Freire, Luis

Ramiro Beltrán e Jesús Martín-Barbero. Torrico Villanueva (2018) argumenta que as articulações desses autores constituem o núcleo crítico da epistemologia da comunicação do território latinoamericano e trazem referências quanto às questões de subalternização, coerção epistêmica, violência cognitiva e outras marcas dos processos de colonialidade, apresentando caminhos alternativos para a transformação dessas realidades.

A comunicação decolonial abre um horizonte de interpretação que recupera elementos da crítica utópica latinoamericana e fornece outros dados que ultrapassam os problemas tradicionais, como os efeitos e funções dos *massmedia*, a ideologia dominante, a indústria cultural, a comunicação para o desenvolvimento, a comunicação popular e alternativa, a recepção ou a lacuna tecnológica, isto é, questões que giram em torno da relação poder-mídia (TORRICO VILLANUEVA, 2018, p. 79, tradução nossa).

No Brasil, os pensamentos de Paulo Freire apontam caminhos que ajudam a ampliar o olhar diante da comunicação, levando em conta as características locais e as demandas do povo. Como argumenta Góes (2021), Freire é pouco mencionado no campo da comunicação, a despeito das grandes contribuições que as teorias do pensador brasileiro podem oferecer. Ademais, Freire reconhece o potencial dialógico da comunicação, que contempla os valores culturais e as experiências dos sujeitos (AMARAL, 2021; FREIRE, 1975). Segundo Lima (2021), as abordagens freireanas se concentraram em problemas universais relacionados à comunicação humana, ao passo que propõem novos conceitos para defini-la; assim sendo, o patrono da educação brasileira não tratou especificamente da comunicação midiática, mas suas articulações sobre a educação libertadora fornecem possibilidades analíticas que ajudam a repensar os modelos comunicacionais hegemônicos.

Na perspectiva freireana, os sujeitos são pensantes, isto é, têm saberes próprios; assim, a comunicação se dará de A com B e de B com A, sem hierarquias, imposições ou ações autoritárias (FREIRE, 1975; GÓES, 2021). Embasado na perspectiva comunicacional de Freire, Góes (2021) reflete sobre o lugar do jornalismo neste processo dialogal e afirma: “O Jornalismo é parte de um sistema pedagógico que atua nas relações sociais e propõe um conhecimento singular do mundo. Ele age, de algum modo, buscando ensinar o que é a realidade e qual é a atitude natural e esperada diante dela” (GÓES, 2021, p. 129).

Diante do exposto, compreende-se que a comunicação, vista de um ponto de vista decolonial, promove a crítica e a dialética, no sentido de empoderar os indivíduos que buscam emancipação e reconhecimento. Amaral (2021, p. 484) sustenta que para descolonizar a

comunicação é necessário o desenvolvimento de linhas de pensamento crítico que promovam a descentralização do conhecimento. O autor complementa:

Pelas considerações do campo da comunicação, a decolonialidade perpassa a possibilidade de debate público alicerçada na promoção da plurinacionalidade e das interculturais que reconheçam a diversidade de identidades tanto na elaboração epistemológica como nas práticas comunicacionais (AMARAL, 2021, p. 484).

As reflexões apresentadas despertam indagações quanto à aplicabilidade da comunicação no sentido de caminhar ao encontro da emancipação das pessoas perante situações de conflitos sociais, especialmente de ordem estrutural. A propositiva da comunicação para a paz traz diretrizes para se repensar os efeitos dos processos comunicacionais na consolidação ou ruptura de determinadas lógicas oriundas de um pensamento colonial. Partindo de uma perspectiva decolonial, há de se considerar o potencial educativo e libertador da práxis comunicacional, ao passo que pode ser assumida como estratégia de emancipação social quando estimula o pensamento crítico e apresenta informações de interesse coletivo.

Em tempos marcados pela disseminação de discursos de ódio e desinformação, é preciso resgatar a primazia da práxis comunicacional, sobretudo no jornalismo, que tem o compromisso social como um de seus pilares. Por conseguinte, surgem alguns questionamentos: Como traçar estratégias para o enfrentamento dos discursos de ódio nas redes digitais atuais? Como o fazer comunicacional pode diminuir as fronteiras de uma lógica centrada na cultura do silêncio, especialmente no que se refere às “minorias” sociais? E como estabelecer alguns indicadores que possam guiar essa práxis para profissionais e suas instituições de mídia? Nesta direção, os princípios orientadores da Agenda 2030 poderiam oferecer objetivos, metas e indicadores mais precisos que ajudariam a reorientar as condutas que prevalecem no terreno comunicacional, ainda concentrado nas lógicas hegemônicas de produção, isto é, que transformam um bem público - o próprio direito à comunicação – em mercadoria.

Um ODS para se pensar a Comunicação e seus processos

O Guia Agenda 2030 (CABRAL; GEHRE, 2020) resulta de uma parceria interinstitucional entre a Unesp e a UnB cuja a finalidade é, por meio de projetos de pesquisa e extensão, promover diálogos sobre temáticas relacionadas à Agenda, visando a territorialização

dos ODS (CABRAL; GEHRE, 2020), isto é, assumidos a partir das realidades locais⁷. Destaca-se o movimento criativo de reimaginar a Agenda e, com isso, trazer importantes constatações em torno do ODS 19: “Cultura, Arte e Comunicação”.

Orientada pelo lema “Não deixar ninguém para trás”, Cabral e Gehre (2020, p. 163) observam que algumas metas são direcionadas às questões sobre justiça social, diversidade e combate às discriminações; todavia, os ODS não possuem representações imagéticas e metas específicas que contemplem grupos populacionais minorizados das realidades brasileira e latinoamericana. Isso justifica a elaboração de três novos ODS para conceder visibilidade a estes grupos negligenciados nas agendas globais de desenvolvimento.

Para Cabral e Gehre (2022, p. 57), é importante articular um objetivo que perpassa cultura, arte e comunicação, pois são essenciais para estimular a superação da violência e das polarizações. Os autores destacam o papel desempenhado pela cultura na disseminação e legitimação de ideias que orientam as ações sociais; a arte, por sua vez, se constitui como a expressão da criatividade humana; e a comunicação tem o potencial de levar adiante os valores e princípios da sociedade. “Ao articular cultura, arte e comunicação, cria-se um instrumento para a reverberação de ideais que podem servir para a transformação social e a superação de desafios em tempos de crise” (CABRAL; GEHRE, 2022, p. 57, tradução nossa). Ainda segundo os autores, as experiências do Sul Global, contempladas neste ODS, poderiam estimular um ciclo virtuoso de transformação mútua, partindo de experiências locais.

Destarte, a comunicação na perspectiva da Agenda e do desenvolvimento sustentável fortalece o sentido de adesão e de mobilização social (PAIVA; LUVIZOTTO, 2022). Trata-se de uma comunicação estrategicamente vinculada à cultura, constituída como espaço de resistência e que, desse modo, auxilia na leitura crítica e possível desarticulação de lógicas centradas na desinformação, nos discursos de violência e extremismos diversos (FELTRIN *et al.*, 2021), isto é, uma comunicação capaz de fortalecer a democracia e que seja promotora do engajamento social.

Nesse sentido, o processo comunicacional assume seu potencial educador, ao passo que fornece subsídios para a leitura crítica diante da realidade. Como assinalam Pinhabe, Cabral e Gehre (2022), comunicar e educar, embora sejam ações independentes, “colaboram para a construção de conhecimento em torno da complexidade dos problemas atuais e na busca de

⁷ Como explicam Feltrin *et al.* (2021, p. 68): “O Guia Agenda 2030 - integrando ODS, educação e sociedade⁷ foi elaborado por uma equipe de pesquisadores da Universidade de Brasília (UnB) e da Universidade Estadual Paulista (Unesp) e apresenta uma leitura singular sobre a Agenda 2030 a partir da perspectiva da educação e da ciência, em diálogo com as comunidades, destacando experiências reais de articulação entre ensino, pesquisa e extensão que se desdobram em ações alinhadas com os ODS. Este material comunicacional representa uma articulação entre os ODS 4 e 17, mediante a parceria entre as universidades que viabilizou a produção do guia”.

soluções sustentáveis e viáveis, o que pode criar um ambiente favorável para uma cultura em torno dos ODS” (PINHABE; CABRAL; GEHRE, 2022, p. 36).

Uma cultura dos ODS é essencialmente “ativa, criativa e radical”, apontam Feltrin *et al.* (2021, p. 69). Portanto, a comunicação deve ser orientada neste sentido, contribuindo com a problematização de sistemas que fortalecem violências, especialmente de ordem estrutural e cultural. A comunicação orientada para a paz caminha ao encontro da cultura dos ODS, pois concede espaço e possibilidades de diálogo e compartilhamento de experiências capazes de impactar a vida coletiva, sobretudo quando se leva em conta o conceito de paz em uma perspectiva ativa e direcionada à promoção de plenas transformações.

Considerações finais

Todas as propostas que almejam seguir na contramão de sistemas hegemônicos consolidados encontram uma série de desafios. Como discutido neste estudo, a comunicação na contemporaneidade esbarra em cenários envoltos pela disseminação de discursos de ódio, além da desinformação, muitas vezes assumida como estratégia política para o fortalecimento de determinadas ideologias.

Pensar a comunicação para a paz como parâmetro voltado à ressignificação de lógicas opressoras, marcadas por traços de violência estrutural e cultural, demanda movimentos diversos, a começar pela reorientação da própria estrutura do processo comunicacional. Os fundamentos teóricos dessa perspectiva ajudam a analisar criticamente as práticas, possibilitando, por exemplo, identificar se as narrativas de violência superam a divulgação das iniciativas de paz; se as palavras utilizadas reproduzem discriminações latentes nos discursos da sociedade; se a comunicação se contrapõe à cultura da desinformação, ao propor a desconstrução dessas narrativas por meio da apresentação de fatos. Enfim, são diversas pequenas ações que podem, gradativamente, aplicar as diretrizes de uma comunicação voltada para a paz.

No que tange à atividade jornalística, o Jornalismo para a Paz se constitui como um itinerário crítico e analítico, com potencial de orientar não somente a produção das narrativas noticiosas, mas também apresentar-se como chave de leitura, para que a própria sociedade, representada nas coberturas jornalísticas, identifique as violências presentes na realidade e, assim, possa traçar estratégias para a ressignificação destas.

Entretanto, o entendimento da comunicação como promotora do pensamento crítico e do empoderamento da sociedade é um processo que demanda a articulação com outras áreas de

conhecimento, especialmente a educação. Desse modo, a educação para a mídia, em todos os níveis de ensino, poderia engendrar um olhar mais sensível diante dos conteúdos que cotidianamente chegam à sociedade por meio dos diversos canais midiáticos e aparatos tecnológicos. Uma sociedade mais crítica naturalmente seria a estimuladora de uma construção midiática mais responsável e sensível diante das diversas demandas sociais.

A perspectiva decolonial e os esforços da Agenda 2030 para o estímulo do desenvolvimento sustentável e de uma realidade mais igualitária e justa se cruzam com a propositiva dos Estudos para a Paz, genuinamente multidisciplinares. A Agenda é diversa e multicultural, pois conta com a adesão de diversas nações, que trazem suas contribuições e peculiaridades para refletir e buscar soluções para questões de interesse global, no entanto, as contribuições do sul global devem ser amplamente assumidas e divulgadas. Iniciativas como a parceria entre a Unesp e a Unb, por exemplo, ampliam a percepção acerca dos ODS e trazem outras questões para a discussão, com destaque para a arte, cultura e comunicação. Isso possibilita análises mais contundentes e amplas sobre os impactos da prática comunicacional diante das demandas apresentadas pelos ODS, inclusive com a apresentação de indicadores que apontem quais as principais demandas do fazer comunicacional contemporâneo.

Este breve estudo realizou uma aproximação inicial entre a comunicação para a paz e o pensamento decolonial, que caminham na direção comum de fazer valer uma realidade de paz positiva, que valorize ideais de cooperação, justiça e superação das diversas formas de violência, indo ao encontro da cultura dos ODS. Abrem-se possibilidades para que novos estudos ampliem as discussões aqui iniciadas.

Referências

AMARAL, Muriel Emídio Pessoa do. Notas sobre o pensamento decolonial e os estudos da comunicação. **Revista Extraprensa**, v. 14, n. 2, p. 471-487, 2021. DOI: 10.11606/extraprensa2021.181765. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/181765>. Acesso em: 21 jan. 2023.

ARÉVALO SALINAS, Alex Iván. Periodismo y comunicación para la paz. Indicadores y marco regulatorio. **Revista Comunicación y Ciudadanía Digital – COMMONS**, v. 3, n. 1, p. 57-92, 2014.

ARÉVALO SALINAS, Alex Iván; FARNÉ, Alessandra. Comunicación y cambio social: un análisis desde la investigación centrado en el periodismo. *Cultura, Lenguaje y Representación*, v. 15, p. 11- 19, 2016.

CABRAL, Raquel; GEHRE, Thiago (org.). **Guia Agenda 2030: integrando ODS, educação e sociedade**. São Paulo: Lucas Melara, 2020. Disponível em: <https://www.guiaagenda2030.org/>. Acesso em: 21 jan. 2023.

CABRAL, Raquel; GEHRE GALVÃO, Thiago. Reimagining the UN 2030 Agenda by connecting the SDG to Culture, Art and Communication. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, nº 41, v. 21, São Paulo: ALAIC, p. 44-59, 2022.

CABRAL, Raquel; SALHANI, Jorge. Jornalismo para paz: conceitos e reflexões. **Revista e-Compós**, Brasília, DF, v. 20, n. 3, 2017. doi: <https://doi.org/10.30962/ec.1371>.

FELTRIN, Diuan dos Santos et al. Agenda 2030 e comunicação para paz: estratégias de visibilidade e territorialização dos ODS na realidade brasileira a partir de uma perspectiva crítica. In: PELÚCIO, Larissa; CABRAL, Raquel (org.). **Comunicação, contradições narrativas e desinformação em contextos contemporâneos**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2021. p. 67-88.

FERREIRA, Marcos Alan S. V. As origens dos estudos para a paz e seus conceitos elementares: paz, violência, conflito e guerra. In: FERREIRA, Marcos A. S. V.; MASCHIETTO, Roberta H; KUHLMANN, Paulo R. L. (Orgs.). **Estudos para a paz: conceitos e debates**. São Cristóvão-SE: Editora UFS, 2019. p. 47-83.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

GALTUNG, Johan. Violence, peace, and peace research. *Journal of Peace Research*, v. 6, n.3, p. 167-191, 1969.

GALTUNG, Johan. Cultural violence. **Journal of Peace Research**, v. 27, n. 3, p. 291-305, 1990.

GALTUNG, Johan. Violencia cultural. *Gernika-Lumo: Gernika Gogoratzuz*, 2003.

GÓES, José Cristian. O encontro da comunicação em Paulo Freire para tempos de desencontro. In: PELÚCIO, Larissa; CABRAL, Raquel (Orgs.). **Comunicação, contradições narrativas e desinformação em contextos contemporâneos**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2021. p. 125-139.

LIMA, Venício A. de. **Paulo Freire: a prática da liberdade para além da alfabetização**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

MASCHIETTO, Roberta H.; NOBRE, Fábio; NOGUEIRA, Silvia G. Compreender para mudar: epistemologia e metodologia dos estudos para a paz. In: FERREIRA, Marcos A. S. V.; MASCHIETTO, Roberta H; KUHLMANN, Paulo R. L. (Orgs.). **Estudos para a paz: conceitos e debates**. São Cristóvão-SE: Editora UFS, 2019. p. 537-576.

NOS ALDÁS, Eloísa; SEGUÍ-COSME, Salvador; RIVAS MACHOTA, Ana María. **Comunicación y construcción de paz**. Barcelona: Icaria Editorial, 2008.

PAIVA, Carla Negrin F. de; LUVIZOTTO, Caroline Kraus. Agenda 2030 e os ODS : a comunicação na página da ONU Brasil no Facebook. **Revista Brasileira de Comunicação Organizacional e Relações Públicas - Organicom**, v. 19, n. 39, p. 87-99, 2022. DOI: 10.11606/issn.2238-2593.organicom.2022.200320.

PINHABE, Isadora Sonogo; CABRAL, Raquel; GEHRE GALVÃO, Thiago. Comunicação e Educação para o Desenvolvimento Sustentável: a articulação entre a graduação da Unesp e a Agenda 2030. **Revista Brasileira de Comunicação Organizacional e Relações Públicas - Organicom**, v. 19, n. 39, p. 32-47, 2022. DOI: 10.11606/issn.2238-2593.organicom.2022.200320.

PUREZA, José Manuel. Estudos sobre a paz e cultura da paz. In: COLÓQUIO “PREVENÇÃO DE CONFLITOS E CULTURA DA PAZ”, 2000, Lisboa. Anais [...]. **Lisboa: Instituto de Defesa Nacional**, 2000. p. 33-42. Disponível em: <https://bit.ly/3R8dBmt>. Acesso em: 21 jan. 2023.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2020.

RUIZ, Eva Espinar; HERNÁNDEZ SÁNCHEZ, Maria Isabel. El periodismo de paz como paradigma de comunicación para el cambio social: características, dimensiones y obstáculos. **Cuadernos de Información y Comunicación**, v. 17, p. 175-189, 2012

SALINAS, Alex Ivan Arévalo. Periodismo y comunicación para la paz. Indicadores y marco regulatorio. **Commons. Revista Comunicación y Ciudadanía Digital**, Cádiz, v. 3, n. 1, p. 57-92, 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O fim do império cognitivo**: a afirmação das epistemologias do Sul. 1. ed. 3ª reimpressão. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

TORRICO VILLANUEVA, Erick R. La comunicación decolonial, perspectiva in/surgente. **Revista Latinoamericana de Ciencia de la Comunicación**, São Paulo, v. 15, n. 28, p. 72-81, 2018.

VICENTE, Maximiliano Martín. Comunicación y paz activa: un dialogo posible. **Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 38, n. 1, 2015. p. 275-292.

WIBERG, Håkan. Investigação para a paz: passado, presente e futuro. **Organicom**, [S. l.], v. 15, n. 28, p. 57-73, 2018. DOI: 10.11606/issn.2238-2593.organicom.2018.150547. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/organicom/article/view/150547>. Acesso em: 24 jan. 2023.